

Pag: 16 2ª Vice-presidente do PAIGC

"COMUNIDADE INTERNACIONAL SÓ VAI REAGIR DEPOIS DE DERRAMAMENTO DE SANGUE NO PAÍS?"

A segunda vice-presidente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Maria Odete Costa Semedo, criticou a passividade da Comunidade Internacional, em particular da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), perante o que chama de "violação dos direitos fundamentais dos cidadãos e a implementação do "terrorismo de Estado na Guiné-Bissau".



Editorial

Editorial: GUINÉ-BISSAU E A HIPOCRISIA DEMOCRÁTICA

O uso de máscaras na representação de uma peça no teatro político nacional instaurou na esfera política democrática as grandes qualidades do poder de ocultar os defeitos dos discursos políticos e

de dissimular a realidade social através de uma aparência de sentimentos de nacionalistas democráticos. Sentimentos que na verdade, epistemicamente, nenhum político nacional tem.

Vivemos, hoje, num sistema democrático de hipocrisia em que uns exigem que outros se comportem dentro de certos parâmetros legais de conduta moral que eles próprios extrapolam diariamente.

Pag: 3 POLÍTICA



SISSOCO ANUNCIA QUE A TURQUIA COMPROMETEU-SE EM APOIAR A CONSTRUÇÃO DO NOVO AEROPORTO INTERNACIONAL

Pag: 4 e 5 ECONOMIA



PRESIDENTE DE CCIAS PEDE AO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE RESPONSABILIZE OS DEVEDORES DE FUNPI

Pag: 12 SOCIEDADE



CARITAS NORTE-AMERICANA APOIA PROJETO DE CANTINA ESCOLAR GUINEENSE COM 17 MILHÕES DE DÓLARES

Ku Orange bu vida na muda**Nunca Visto, ganha 10.000.000 FCFA**

Recarga 3000F pa carton, tico-tico ku Orange Money até 31 di Julho

Fique mais perto
do essencial

Editorial**VISÃO** da semana**SOBERANIA E SEUS INGREDIENTES!**

Na verdade, vivemos, na Guiné-Bissau, numa esfera política de fingir sentimentos, crenças e vir

tudes de nacionalismo democrático que na realidade nenhum político nacional possui no seu currículo democrático. Todos somos hipócritas e vivemos diariamente na hipocrisia democrática. Os discursos políticos da alegada moralização da esfera pública não deixa de ser uma verdadeira manobra de diversão política que violenta e até certo ponto mata a nossa democracia multipartidária.

Curiosamente a sociedade guineense pactuou e pactua com essa hipocrisia democrática e os políticos apresentam-nos diariamente a opulência e a ostentação financeira na aquisição de Movimentos políticos de jovens nos Bairros de Bissau e das regiões do país.

Infelizmente como a Educação não é hoje vista na Guiné-Bissau, como um instrumento da libertação dos jovens, a visão e o sonho do nacionalismo da juventude guineense serão sempre iguais aos da hipocrisia política da democracia implementada pelos políticos nacionais. Assim, os Movimentos Políticos dos jovens guineenses não têm uma visão política que tenham herdado dos seus pais, uma política de excelência de interesses coletivos. Não podem, assim, exigir da atual geração de políticos hipócritas uma justiça intergeracional, porque olham apenas para o dinheiro da hipocrisia discursiva.

É deveras constrangedora a isenção de responsabilidade de uma justiça intergeracional na nossa hipócrita democracia nacional. Infelizmente, porque os Movimentos Políticos dos jovens convivem com a hipocrisia, comem com a hipocrisia, andam de mãos dadas com a hipocrisia, bebem com a hipocrisia e dançam Gumbé com ela. Por isso, transformaram-se em mais hipócritas do que os próprios políticos que instauraram a hipocrisia democrática na sociedade guineense.

Os Movimentos Políticos dos jovens dos Bairros de Bissau e de todas as regiões do país não conseguiram sair, assim, das suas zonas de conforto de receber dinheiro da hipocrisia democrática dos políticos nacionais, para fazer dos desafios sociais o combustível para combater a hipocrisia democrática que está cada vez mais enraizada na nossa esfera pública. A hipocrisia democrática leva, hoje na Guiné-Bissau, os jovens de Movimentos Políticos a não conseguir distinguir um político de um simples intelectual. Na nossa sociedade política, um político é quem dedica a sua vida a elaborar conceitos da hipocrisia democrática para a engrenagem discursiva para o consumo no espaço político nacional. Por isso, preocupa-se mais com as seguintes eleições. Um intelectual preocupa-se mais com a justiça intergeracional subordinada aos interesses coletivos da geração vindoura.

Em suma, um intelectual pensa sempre em como promover na sociedade uma justiça intergeracional de excelência. Um político, por seu turno, na Guiné-Bissau, pensa apenas em produzir hipocrisia política para poder ser reeleito. É deveras interessante saber que na nossa esfera política há políticos especializados em hipocrisia democrática, que sabem a melhor forma e hora de disseminar a hipocrisia, o seu tamanho ideal e a imagem e a postura discursiva que deve assumir na enunciação hipócrita na nossa esfera política democrática.

A nosso ver, o "Fake News" ajuda hoje e de que maneira os políticos nacionais a fabricar e disseminar a hipocrisia política e democrática na Guiné-Bissau que visa promover uma ideologia partidária e prejudicar adversários políticos concorrentes às legislativas.

António Nhaga
Director-Geral
E-mail: angloria.nhaga@gmail.com

1- A Soberania não é o populismo. A soberania não se decreta, se cultiva e se conquista com acções concretas assentes no ideal de emancipação total do povo.

2- É paradoxal reclamar a soberania e aceitar ao mesmo tempo e com naturalidade a DEPENDÊNCIA em tudo.

3- É incoerente falar em soberania num país em que todas eleições são financiadas quase integralmente pelos parceiros internacionais (ao que eu saiba almoço grátis não existe).

4- Evocar soberania num país em que todos dirigentes de Estado sentem se felizes quando efectuam consultas médicas no Estrangeiro, porque têm consciência que hospitais nacionais são autênticos CIMITÉRIOS.

5- Semanalmente, dezenas de evacuações são efectuadas para Ziguinchor e progressivamente está a tornar-se na verdadeira capital da Guiné-Bissau. A mesma cidade acolhe mais de mil estudantes guineenses com propinas pagas pelos pais e encarregados de educação.

6- É brincadeira falar da soberania num país que fica sem scanner (Raio X) no Aeroporto Internacional durante anos e com total indiferença de políticos do país. Ninguém reclama. Tudo é normal.

7 - Falar de soberania e fechar olhos perante negligência de Estado (há décadas) incapaz de comprar simples aparelhos de diagnóstico para hospitais do país.

8 - Contestar ingerências externas é um direito mas que deixa de ter sentido quando falta a coerência.

9- Quando uma classe política é promotor de sobreposição de agendas partidárias às Agendas de Estado, a soberania é uma mera caixa vazia.

10- Falar da soberania só quando o interesse político/partidário está afetado é puro populismo e infelizmente tem sido a prática neste país há décadas.

11- É ilusório aclamar a soberania num país e que não se estranha perante o descalabro do sistema do ensino e perante péssimas infraestruturas do país, um autêntico contraste com nível de vida dos políticos.

12 - Não há soberania sem o povo e quando este é absorvido pelo analfabetismo, pela miséria, perde toda dignidade e não há espaço para falar da soberania.

13- A soberania toma forma quando o Estado promove o bem-estar do povo, igualdade de oportunidades para todos os filhos da terra. Um Estado que cultiva a meritocracia. Aí sim, podemos falar da soberania.

Opinião!

Por: **Armando Lona**

O Democrata**SERVIÇO COMERCIAL**

95 512 38 60

96 645 56 75

FICHA TÉCNICA**Redação:**

Filomeno Sambú, Assana Sambú,
Sene Camara, Aguinaldo Ampa, Epifânia
Mendonça, Djamila da Silva e
Carolina Djemé

Edição Electrónica:

Justin Yao

Fotógrafo

Marcelo N'Canha Na Ritché

Distribuição & Marketing

Romana Samba da Silva, Tarcila Epifânia
Gomes e Alberto V. Có

Endereço/contactos:

AV. Combatentes Liberdade da Pátria. Bairro de Ajuda 1. Fase
Email: odemocrata.jornal@gmail.com
Tel: +245 96 646 89 57 / 95 575 16 89 / 95 537 58 23
Impressão: CENTRAL GRÁFICA
Tiragem: 2000 Exemplares

O Democrata

DIRECTOR GERAL:
António Nhaga

Política

SISSOCO ANUNCIA QUE A TURQUIA COMPROMETEU-SE EM APOIAR A CONSTRUÇÃO DO NOVO AEROPORTO INTERNACIONAL

*O Chefe de Estado guineense, **Úmaro Sissoco Embaló**, anunciou que o governo turco comprometeu-se em apoiar o governo da Guiné-Bissau na construção do novo aeroporto internacional, bem como de um hospital de referência no país. Embaló fez este anúncio na noite de terça-feira, 23 de junho de 2020, no aeroporto internacional Osvaldo Vieira, depois do seu regresso de visita de três dias que o levou à Turquia e ao Qatar. Na sua visita, o chefe de Estado fez-se acompanhar da ministra dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, **Suzi Carla Barbosa**, do ministro das Finanças, **João Aladje Mamadu Fadia** e dos membros do seu Gabinete, **Soares Sambú** e **Califa Soares Cassamá**.*

O presidente da República explicou aos jornalistas na sua declaração que, no encontro de trabalho mantido com o seu homólogo turco, Recep Tayyip Erdogan, abordaram a questão da política internacional, em particular do conflito na Líbia. Lembrou na sua comunicação que antes da sua deslocação à Turquia, reuniu-se com o Presidente Dinnis Sassou Nguesso, indigitado pela União Africana como mediador da crise Líbia. Embaló informou que falaram igualmente da cooperação entre os dois países, tendo anunciado que o governo turco comprometeu-se em apoiar o Estado da Guiné-Bissau na construção do novo aeroporto internacional, como também apoiar na construção de um hospital de referência no país. "Vamos receber igualmente um grande apoio para os setores da defesa e da segurança. Vou orientar o governo a estabelecer contatos com o governo turco para o efeito da materialização de tais apoios", indicou. Assegurou que o governo turco pretende abrir uma Embaixada na Guiné-Bissau, pelo que a Turquia pediu às



Úmaro Sissoco Embaló, Presidente da República

autoridades guineenses para abrirem também uma Embaixada na Turquia. Relativamente à sua deslocação ao Qatar, informou que aquele país asiático manifestou-lhe a vontade de abrir a sua Embaixada na Guiné-Bissau. Acrescentou que o Emir de Qatar disse estar disponível em apoiar o país a

abrir a sua Embaixada em Qatar. "Vamos nomear brevemente um Embaixador em Angola, porque já temos a Embaixada, Angola tem a sua embaixada aqui e nós devemos nomear também um embaixador naquele país", assegurou o chefe de Estado, para de seguida sublinhar que a relação entre a Guiné-

Bissau e Angola está acima da sua capacidade e a do João Lourenço. Realçou que os dois países que visitou mostraram igualmente a vontade de apoiar o relançamento económico da Guiné-Bissau.

Em relação ao combate à corrupção que diz ser o seu lema, explicou que haverá apoios importantes para a Polícia Judiciária, porque "se a Polícia Judiciária estiver bem capacitada com meios necessários, então a economia do país poderá andar no bom caminho".

"A Polícia Judiciária é um elemento de apoio que devemos ter para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. O Ministério Público deve ser forte, bem como deve haver justiça para todos. As pessoas não têm a noção que a corrupção é pior que o Coronavírus ou a cólera. Por isso, vamos dar todo o tipo de apoio à Polícia Judiciária e ao serviço de informação", disse.

"Pedi ao Emir de Qatar que nos apoie em recursos necessários para equipar a Polícia Judiciária, ou seja, o setor da justiça em geral. Devemos transformar a Guiné-Bissau em Singapura de África", contou.

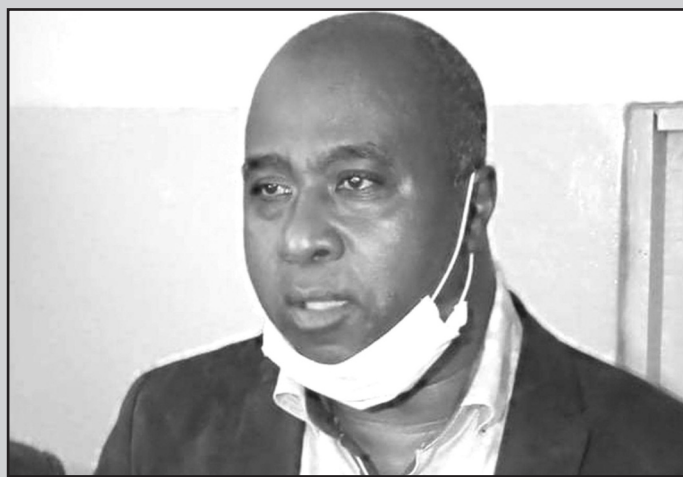
Por: Assana Sambú

Após 72 horas na cela EMPRESÁRIO NDINHO LIBERTADO SOB A MEDIDA DE COAÇÃO

O empresário Armando Correia Dias (NDINHO) foi libertado pelo Ministério Público na terça-feira, 23 de junho de 2020, sob a medida de coação. O dirigente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tinha sido detido no passado sábado, 20 de junho, por agentes da Polícia da Intervenção Rápida (PIR), por alegadamente ter sido encontrado na posse de duas armas de fogo de uso militar. Com a medida judicial aplicada pelo Ministério Público, o empresário será agora obrigado a apresentar-se, nos termos do despacho que o magistrado do processo determinar. Em reação à decisão, à saída da audiência, que durou cinco horas, o porta-voz do coletivo dos advogados, Luís Vaz Martins, frisou que aplicar uma medida de coação relativamente a um crime dessa envergadura revela que nem o

Ministério Público tem a convicção que, de facto, os elementos invocados pela polícia correspondem à verdade.

Vaz adiantou que aquilo que o coletivo dos advogados tem vindo a defender ao longo dos últimos três dias foi o que se confirmou ao nível do Ministério Público, "a aplicação de uma medida de coação". "Não se detém alguém que vai de boleia na viatura de um terceiro, alegando que essa pessoa estaria na posse de armamento proibido, sem que o proprietário da viatura seja abordado pela polícia. Não obstante o Ministério Público ter aplicado uma das medidas de coação principal, que é a obrigação de apresentação periódica, da qual nós discordamos literalmente, vamos ponderar atacá-la nos próximos dias essa medida de coação", indi-



Porta-voz do Coletivo dos Advogados, Luís Vaz Martins

cou. O advogado informou que a colocação do seu cliente em liberdade, vem demonstrar que esse ato não passa de mais uma manobra. Acrescentou que com essa liberdade, Armando Correia Dias (Ndinho) é obrigado a apresentar-se nos termos do despacho que o Ministério Público o determinar.

Por: Aguinakó Ampa
Foto: A.A

Economia

PRESIDENTE DE CCIAS PEDE AO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE RESPONSABILIZE OS DEVEDORES DE FUNPI

O presidente em exercício da Câmara de Comércio Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS), Mama Samba Embaló, pediu ao Ministério Público que responsabilize todos os devedores do Fundo de Promoção da Industrialização dos Produtos Agrícolas (FUNPI), estimado em 20 milhões de dólares norte-americanos (aproximadamente nove bilhões de francos cfa).



Presidente de CCIAS, Mama Samba Embaló

O pedido de Mama Samba Embaló lançado na terça-feira, 23 de junho de 2020, depois da entrega, pela terceira vez, de uma lista de devedores do FUNPI, tendo assegurado que “desta vez a verdade deve prevalecer para despolitizar o que foi criado com objetivo de desenvolver o setor empresarial”. O caso de FUNPI, tido pelos analistas políticos e económicos como o maior escândalo financeiro e económico na história do país, voltou a “ribalta” numa altura em que a atenção dos guineenses está virada à situação do Coronavírus. O fundo de apoio ao setor económico que é uma iniciativa criada no quadro de parceria pública/privada, a sua gestão é muito criticada pelos políticos e os próprios empresários. Mama Samba Embaló explicou aos jornalistas que Braima Camará, antigo presidente da CCIAS, “é total-



Edifício da Câmara do Comercio da Agricultura, Industria e Serviços

mente isento de dívidas contraídas pelos empresários no FUNPI” e reagiu que “Braima Camará foi o maior contribuinte daquele fundo”. Depois de entregar uma lista enorme de devedores ao Ministério Público, Mama Samba Embaló revelou que alguns devedores cujos nomes constam na lista o teriam manifestado a vontade de liquidarem as dívidas que contraíram no FUNPI.

O presidente em exercício da Câmara de Comércio Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS) frisou que doravante o pagamento das dívidas deve ser feito junto do Ministério Público, numa conta bancária a ser criada e assegurou que será, por isso, solicitado ao Ministério das Finanças para proceder à abertura ou facilitar aos empresários que queiram liquidar as suas dívidas. “O país está a pre-

cisar desse dinheiro, porque servirá não só para refinarçar as atividades económicas, como também de um fundo de garantia para muitas empresas e empresários", notou.

Sobre esse mesmo assunto do FUNPI, o relatório preliminar da Auditoria às contas do Fundo Nacional de Promoção de Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI) publicado no dia 23 de março de 2017 conclui na altura que houve anomalias na gestão do fundo criado para a promoção da industrialização dos produtos agrícolas.

O Documento destacou que a falta de estrutura jurídica e de estruturação do FUNPI fez com que houvesse desorganização durante o processo de gestão das verbas arrecadadas.

O documento alega que há "inexistência" de clarificação de gestão do fundo e que os redatores tiveram problemas em poder ter acesso às principais fontes de informações que pudessem ser elementos chave para clarificar a forma como foi cedido, usado e justificado o dinheiro do FUNPI.

O relatório evidencia dados financeiros referentes às instituições que teriam beneficiados do dinheiro do Fundo, das quais constam o Tesouro Público com nove biliões e 365 milhões de francos CFA. Ainda de acordo com o documento, foi distribuído aos diferentes beneficiários um montante de 3 biliões e 840 milhões de francos CFA e, sem no entanto, citar os nomes dos respetivos beneficiários.

A Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços aparece no relatório como uma instituição que terá recebido dois biliões e 227 milhões de francos CFA. A auditoria cobre o período de 2011 a 2014, ano em que o governo suspendeu a cobrança da taxa.

Em reação ao relatório, a 10 de maio, cerca de dois meses depois, Braima Camará na altura presidente da Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS) considerou ser "mentira, falso e tendencioso" o relatório de auditoria internacional sobre o Fundo de Promoção da Industrialização de produtos agrícolas (FUNPI) que indicia a CCIAS, uma declaração proferida à saída de um encontro com os operadores económicos na sede da CCIAS para analisar a evolução da campanha de comercialização da castanha de caju do ano agrícola de 2017.

Por: Djamila da Silva/Filomeno Sambú

POLÍTICA

MÁRIO FAMBÉ MANIFESTA-SE PREOCUPADO COM A EXISTÊNCIA DE UMA CÉLULA MILITAR LIGADA A UM PARTIDO POLÍTICO



Secretário Estado de Ordem Pública, Mário Fambé

O Secretário de Estado da Ordem Pública, Mário Fambé, mostrou-se preocupado com as informações veiculadas nas redes sociais sobre a eventual existência de uma célula militar ligada a um partido político, porque "a situação representaria uma ameaça à segurança nacional e sub-regional". Fambé fez essas considerações durante a cerimónia da entrega de produtos de higiene oferecidos pela Cruz Vermelha Internacional e 1300 máscaras caseiras doadas pela associação de alfaiates da Guiné-Conacri no país aos elementos da Guarda Nacional (GN) e da Polícia de Ordem Pública (POP).

Mário Fambé reagiu assim na terça-feira, 23 de junho de 2020, às declarações do deputado do PAIGC, Wasna Papai Danfa, que seguia na mesma viatura com o empresário

Armando Correia Dias (Ndinho), que tinha sido preso no sábado, 20 de janeiro de 2020, supostamente na posse de duas armas "AK-M", quatro carregadores e uma arma branca (punhal), todos de uso militar. Horas depois da detenção do empresário Ndinho, Wasna Papai Danfa terá acusado os agentes da Polícia de Intervenção Rápida de serem os responsáveis pela colocação das duas armas de fogo na viatura.

O governante explicou na sua comunicação que não queria tecer considerações sobre o mesmo assunto, dado que a Polícia da Investigação Criminal do Ministério do Interior já fez o seu trabalho e entregou todo o processo ao Ministério Público.

"Uma pessoa pode ser detida em flagrante delito, mas mesmo assim pode oferecer resistência e negar o crime cometido e que levou a sua detenção", disse, para de seguida lembrar que o Ministério do Interior tem a missão de garantir a segurança à população, permitir o exercício dos direitos da liberdade, garantir a ordem e a prevenção da criminalidade, a fim de permitir que os cidadãos durmam sossegados.

"É meio confuso dizer que as armas foram colocadas na viatura por outra pessoa! É bom lembrar-vos que a operação decorreu no período do dia e em frente ao Ministério do Interior... como é que

uma pessoa vai colocar duas armas e uma faca (punhal) na viatura? Alguém pode dizer que as armas foram colocadas na viatura? Quero garantir que o Ministério do Interior está ciente do seu trabalho, por isso já encaminhou todo o processo para o Ministério Público", contou. Fambé disse que a operação que culminou com a detenção do dirigente dos libertadores (PAIGC) Ndinho foi um trabalho de três meses. "O trabalho deste ministério é garantir a segurança a toda população, portanto acompanhou bem todas as movimentações de Ndinho e de outras pessoas e a investigação desencadeada culminou com a detenção de Ndinho", contou. O Secretário de Estado da Ordem Pública denunciou a existência de uma célula portando máscaras no rosto como se de "Ninja" se tratasse a dizer que há uma célula militar ligada a uma formação política na Guiné-Bissau. Considerou grave a situação que, na sua observação, "representaria uma ameaça à segurança nacional e sub-regional". "Queremos ouvir as reações dos responsáveis daquela formação política sobre esse assunto", diz o governante, mas sem, no entanto, avançar com mais pormenores sobre o nome do partido a que se referia.

**Por: Assana Sambú
Foto: A.S**



República da Guiné-Bissau
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO
RURAL



FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
AGRICOLA

PROJECTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DAS REGIÕES DO SUL

PADES

Sede em Buba

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJECTO DE DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS INTEGRADOS E DA NUTRIÇÃO FACE À MUDANÇA CLIMÁTICA NA GUINÉ-BISSAU (REDE)

ANÚNCIO DE CANDIDATURA

PARA O RECRUTAMENTO DO PESSOAL DA UNIDADE DE COORDENAÇÃO E DE GESTÃO DO PROJECTO (UCP) E DA CELULA NACIONAL DE APOIO TÉCNICO (CNAT) AO PROJECTO

O Governo da República da Guiné-Bissau obteve crédito da IFAD e de outros doadores (Fundo Abu Dhabi, Fundo de Adaptação, Fundo de Adaptação, Fundo do Kuwait) para financiar o projeto de Diversificação Agrícola, Mercados Integrados, Nutrição e Resiliência Climática (REDE) durante um período de seis anos nas quatro regiões de Bafat, Cacheu, Gabú e Oio. O objetivo geral do Projeto é aumentar de forma sustentável o rendimento e a diversidade alimentar das famílias rurais nas regiões leste e norte da Guiné-Bissau. Os seus objetivos específicos de desenvolvimento são apoiar a diversificação da agricultura familiar adaptada às alterações climáticas e melhorar o acesso ao mercado e a diversidade alimentar na área de intervenção do Projeto, promovendo o empreendedorismo entre os jovens e as mulheres, bem como a sua integração nos corredores comerciais regionais e sub-regionais. Com vista ao arranque do projeto, o Ministério responsável pela agricultura lança este anúncio de candidaturas para o recrutamento de pessoal da Unidade de Coordenação e Gestão de Projetos (UGP) e da Célula Nacional de Apoio Técnico (CNAT) ao projeto os diferentes postos seguintes:

Para a Unidade de Gestão de Projetos (UGP):

1. Coordenador(a);
2. Responsável seguimento-avaliação, Adjunto(a) do(a) Coordenador(a),
3. Responsável Administrativo(a) e Financeiro(a) (RAF);
4. Responsável Aquisições e Contratos;
5. Assistente administrativo(a)
6. Contabilista;
7. Responsável da componente 1;
8. Responsável da componente 2;
9. Perito em ordenamento de bas-fonds e irrigação;
10. Perito em infraestruturas (ingénieur en génie civil ou en génie rural);
11. Perito em agro-nutrição, inclusão social e ciblagem;
12. Responsável por comunicação e gestão de conhecimentos;
13. Assistentes de seguimento e avaliação (2) (Norte em Bissora e Leste em Bafatá);
14. Assistentes contabilísticos (3);

Para a Célula nacional de Apoio técnico (CNAT)

1. Coordenador da Célula Nacional de Apoio Técnico (CNAT);
2. Perito em implementação de projetos através da gestão baseada nos resultados/Adjunto do Coordenador da CNAT
3. Perito em agricultura resiliência à mudança climática, com competências em SIG/Cartografia
4. Perito em agricultura sensível à nutrição familiar;
5. Perito em integração regional de mercados agrícolas

Composição do ficheiro de candidatura

O dossier de candidatura deve incluir: uma carta de apresentação, datada e assinada com endereço completo; Um CV detalhado com uma lista de referências; Uma fotocópia do bilhete de identidade nacional (sendo de nacionalidade guineense); Fotocópia certificada do diploma requerido com base no perfil de trabalho pretendido; comprovativo de experiência profissional (contratos de prestações de serviços anteriores, por exemplo).

Data e lugar de entrega das candidaturas

O ficheiro completo da candidatura deve ser enviado para os seguintes endereços de e-mail:
À saphirrecrutement2@gmail.com com cópia para fidaguineebissau@gmail.com
e gmdr2020@outlook.com

Os Termos de Referência serão disponíveis no seguinte endereço e-mail: appelscandidaturesugp@gmail.com ou descarregá-los directamente do seguinte sítio:

https://mega.nz/folder/KtoDCD7D#Obb8e_S_m3yfiL0oq9Fwpw

Até 30 de junho de 2020, às 00:00, hora de Bissau.

Apenas serão aceites as candidaturas recebidas nos três (3) endereços de e-mail acima mencionados.

NB: Devido à situação de saúde internacional devido ao COVID-19, o recrutamento será feito em teletrabalho. Isto significa que os candidatos terão de ter um computador e uma ligação à Internet fiável.

FIGURA da semana

JOACINE PUBLICA SUA TESE 'CULTURA DI MATCHUNDADI' EM LIVRO

A historiadora e deputada luso-guineense na Assembleia da República Portuguesa, Joacine Katar Moreira, publicou, recentemente, em formato livro, a sua tese de doutoramento intitulado 'Cultura di matchundadi (masculinidade/virilidade) na Guiné-Bissau: Género, Violências e Instabilidade Política. Uma obra que tenta explicar como a masculinidade impede o normal funcionamento do Estado guineense. "Estes valores são os que estão relacionados com o entendimento dos homens como um elemento hierárquico comparativamente com o da mulher, enquanto elemento que tem apetência natural para ocupar e liderar institucionalmente, incluindo na família, religião, política e economia", disse Joacine Katar Moreira, numa declaração à Agência de Notícias Lusa.



BIOGRAFIA

Joacine Elysees Katar Tavares Moreira nasceu no dia 27 de julho de 1982, na Guiné-Bissau. É uma investigadora, ativista e política luso-guineense, eleita deputada à Assembleia da República Portuguesa nas eleições legislativas portuguesas de 2019, pelo Partido Livre.

Foi a primeira mulher negra a encabeçar as listas de um partido numas eleições legislativas. Chegou à direção do Livre após eleições partidárias. Foi para Portugal com oito anos, no início dos anos 90, depois de a sua avó, uma enfermeira guineense, ter decidido mandá-la para um colégio de freiras perto de Mafra. É a mais velha de 11 irmãos. Licenciou-se em História Moderna e Contemporânea e doutorada em Estudos Africanos. Em 2018 fundou o INMUNE - Instituto da Mulher Negra em Portugal, que luta contra a invisibilização e o silenciamento das mulheres negras em Portugal.

Por: Sene Camará

ORGANIZAÇÃO EVANGÉLICA OFERECE 1.600 MÁSCARAS DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÃO DE PRÁBIS E SAFIM

A Organização Evangélica "Cada Casa para Cristo" ofereceu na segunda-feira, 22 de Junho de 2020, mil e seiscentas (1.600) máscaras de proteção facial e dez mil (10.000) panfletos informativos sobre a higiene primária para as localidades de Safim e Prábis, região de Biombo. A iniciativa insere-se no âmbito de prevenção e do combate à pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19) e destina-se às pessoas mais carenciadas. O ato oficial de entrega das máscaras caseiras e panfletos informativos decorreu no escritório da Cada Casa para Cristo sito no Bairro de Missirá, em Bissau.

Na sua intervenção, o diretor nacional da Cada Casa para Cristo, Júlio Joaquim da Silva, sublinhou que dada à propagação da doença no país, com maior incidência na capital Bissau e na região de Biombo, a Cada Casa para Cristo, no cumprimento da sua missão de servir às igrejas e comunidades, não podia ficar indiferente quanto à situação do covid-19, por isso decidiu com o pequeno gesto contribuir na prevenção e luta contra a doença do

Covid-19. Júlio Joaquim da Silva reconheceu que o gesto não dá para cobrir todas as necessidades, por isso a igreja identificou apenas os locais de foco e que as igrejas parceiras que estão naquela zona farão um trabalho juntamente, com os voluntários de cada igreja, para identificar as pessoas mais necessitadas e afetá-las com as máscaras, bem como sensibilizá-las através dos panfletos informativos sobre a higiene primária em tempo de Covid-19. "A Organização Mundial de Saúde (OMS) aconselhou as pessoas a usarem máscaras, por isso a Cada Casa para Cristo confeccionou as máscaras e colocou-as à disposição das igrejas que atuam nas comunidades para distribuí-las às pessoas mais carenciadas como uma das medidas para evitar a propagação da doença.

Por sua vez, Tcharton Sana, da Costa da Aliança Evangélica guineense, enalteceu o gesto da Cada Casa para Cristo que decidiu distribuir máscaras às populações das localidades de Safim e Prábis na luta contra o Covid-19. Tcharton Sana da Costa referiu que luta contra a doença deve ser encarada por todos os guineenses como um desafio para que



Ato da entrega de máscaras a representante da população

rapidamente o país possa sair do flagelo de covid-19. De recordar que a Cada Casa para Cristo é uma organização internacional que existe desde 1941 com a sede principal nos Estados Unidos da

América. Na Guiné-Bissau a organização começou a intervir oficialmente em agosto de 2011.

Por: Carolina Djemé
Foto: C.D

ANÁLISE

A presente comunicação resulta de uma Conferência proferida no âmbito do “II Encontro de Estudantes Guineenses da Administração Pública”. Nasce do debate sobre “os desafios da administração pública na Guiné-Bissau”, tema do evento, organizado integralmente por estudantes do curso de administração, da mesma Universidade, que ocorreu entre os dias 28 e 29 de novembro de 2019. O desígnio é o de socializar a produção académica de conhecimento guineense sobre o país, no campo de administração, da sociologia, da educação, da ciência política e das relações internacionais a partir de abordagens teóricas e conceituais multidimensionais para a compreensão da configuração da administração guineense, em diálogo com a África e com contextos de outros países. Busca-se, assim, contribuir com o debate sobre a reforma de Estado em África a partir do caso guineense.



Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, Sociólogo

OPINIÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: UM DEBATE NECESSÁRIO

Para alcançar esse objetivo temático, deixo a minha contribuição e impressão imaginativa situando o debate da reforma de Estado dentro da tradição pan-africana e, em seguida, aponto os desafios do Estado Novo pós-colonial guineense na gestão da governabilidade, extensivo ao contexto de outros países africanos.

Depois centro-me em suas implicações no processo em curso de democratização. Finalmente, analiso implicações de tais configurações e os desafios conceituais na análise da gestão pública do Estado guineense.

Os contornos do projeto dos Estados em África estão formulados no interior do debate pan-africano sobre a imaginação estatal africana. A questão

central de indagação dizia respeito as condições necessárias para que a África pudesse, por si mesma, tomar em suas mãos os destinos nacionais, como uma comunidade política de origem, sentimentos e culturas compartilhadas, num sentido muito geral, daí derivou as múltiplas interpretações conceituais sobre suas configurações, predominante nas formulações iniciais de Du Bois, Azikiwé,

...O fracasso sucessivo dos programas de estabilização macroeconômica e ajustes fiscais, como mecanismo de gestão tecnocrata e liberal da economia, alargou o leque dos problemas não resolvidos, além de gerar grandes constrangimentos a credibilidade das instituições políticas. Os encargos e os desgastes econômicos envolvidos acentuaram ainda mais a descrença generalizada na eficácia do Estado, aprofundando a crise do Estado. O termo crise de Estado foi interpretado como falta de preparação e ausência de competências técnicas dos governantes e do país como um todo na condução eficaz de assuntos públicos...

Cesaire e Senghor, entre outros. Apesar das diferenças conceituais, importa realçar que tais pensadores compartilhavam a necessidade de um movimento cultural continental. Nkrumah e Sékou Toure, por sua vez, enfatizavam a abordagem política fundamental para as independências e unidade africana e, conseqüentemente, para a formulação do aparelho administrativo estatal, cada um à sua maneira. Já a corrente econômica, em contraposição, formulada por Mamadou Dia e Mamadou Toure, entre outros, realça a necessidade de desenvolvimento econômico, base fundamental para a criação de estados nacionais em África.

O contexto era de duas grandes guerras na Europa que geraram mudanças significativas em África, marcado por diversos Congressos Pan-Africanos a partir de 1945 em diante, que culminou na criação da atual União Africana, em 1963, que

acompanhou a onda das independências africanas. No caso das ex-colônias portuguesas em África, a independência se deu mais tarde, princípios dos anos 1970.

Quando ocorreu a independência de Guiné-Bissau, em 1973, o debate central sobre a construção de Estado ficou marcada, no plano interno, pelo desejo de construção da nação, em que o marxismo-leninismo, embora não assumido formalmente pelo Movimento de Libertação, serviu-se de argumento para se sobrepor às questões de "raça", de etnia e do legado colonial para a construção de novas estruturas sociais.

A preocupação com a ideia da modernização para o desenvolvimento econômico, proposto pelo partido de Estado oficioso, propunha fases para a sua concretização, em que a independência política seria o projeto menor, e o desenvolvimento econômico seria o projeto maior. A teoria da modernização segundo a qual as sociedades teriam que passar de fases mais simples para as mais complexas pesou-se sobremaneira. É a ideia de desenvolvimento como a superação de etapas, e, no marxismo, chama-se "desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Por isso a ênfase recaiu na agricultura.

A estrutura administrativa em construção, nesse período, como não podia deixar de ser, estava centrada no Estado-partido, por meio do partido único oficioso, como instrumento de gestão de políticas públicas. A lógica coercitiva, típica de autoritarismo burocrático, centrado na elite militar, foi sistematicamente aplicada para impor a governabilidade coercitiva atrelada a democracia revolucionária e ao centralismo democrático, após a independência.

A complexidade dessa situação centralizadora tornou-se maiores se consideramos os imperativos da gestão pública dado o modelo de desenvolvimento devido ausência de recursos humanos qualificados da administração pública, dentro de um quadro mais geral de reestruturação da nova ordem política, econômica e social do país. A nova agenda pós-independência incluía, entre seus objetivos, além de desenvolvimento econômico e construção de nação-Estado e a democracia revolucionária, a formação de um novo homem.

A partir da instauração do Estado pós-colonial, após a independência, que não rompeu com suas heranças negativas de centralização da política colonial coercitiva, o então regime recorreu o privilegiamento dos "Armazéns do Povo" como estratégia para enfrentar os novos desafios. A busca de melhor eficácia administrativa na administração da crise econômica ficou reforçada pela centralização regulatória e acentuado crise alimentar devido a falta de investimentos na agricultura, até então considerado pelo regime como alavanca do Novo Estado pós-colonial.

A tensão entre as formas de alcançar as metas governamentais para diminuir a escassez de bens de consumo para satisfazer as necessidades básicas da população, sobretudo na zona rural que serviu de "força física" para a luta de libertação, tais metas não conseguiram reforçar a legitimidade do governo, anos 1970, e num segundo momento, agravadas nos anos 1980, quando ocorreu o golpe de Estado que destituiu o primeiro presidente escolhido pela cúpula do Movimento de Libertação.

A partir da chamada globalização do mercado capitalista, finais dos anos 1980 e princípios dos anos 1990, a Guiné Bissau vivenciou a concretização das determinações econômicas e financeiras do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) através de pacotes de reformas liberais, segundo Sistema Bretton Woods.

O fracasso sucessivo dos programas de estabilização macroeconômica e ajustes fiscais, como mecanismo de gestão tecnocrata e liberal da economia, alargou o leque dos problemas não resolvidos, além de gerar grandes constrangimentos a credibilidade das instituições políticas. Os encargos e os desgastes econômicos envolvidos acentuaram ainda mais a descrença generalizada na eficácia do Estado, aprofundando a crise do Estado. O termo crise de Estado foi interpretado como falta de preparação e ausência de competências técnicas dos governantes e do país como um todo na condução eficaz de assuntos públicos.

Com o processo da democratização, anos 1990, o problema da crise do Estado passou a adquirir diferentes sentidos e interpretações, entendida ora como consequências de sucessivos golpes de Estado, ora como o resultado da presença da herança negativa da colonização e da luta armada de libertação nacional, reforçado pela lógica de partido de Estado oficioso, ora expressão da tutela das organizações da sociedade civil controladas pela sociedade política, ora ainda devido ao baixo nível de desenvolvimento econômico e Índice de Desenvolvimento Humano, um dos mais baixos do mundo, e entre os países do Continente, que perfila-se hoje em 177.^o posição, no ranking mundial, ano 2019, segundo dados do Banco Mundial.

No campo político e intelectual, a crise do Estado guineense, na atualidade, ficou reforçada também pela ausência de um debate público sobre os assuntos políticos de interesse comum, sem complexos, como imperativo nacional. Infelizmente quando tal debate ocorre, fica restrito a esfera partidária, sob direção de "quadros de partidos", por isso restrita a abordagens técnicas que olha a política como uma engenharia de gestão de políticas públicas, não como debate de ideias e projetos sociais e propostas econômicas.

Observamos o mesmo caráter elitista e técnica na Agenda Africana 2063 sobre "que África queremos", agenda vinculada às preocupações Pan-africanas, de viés econômica, inicialmente formulada por Mamadiu Dia e Mamadu Toure, já apontado, enfatizando a necessidade da industrialização do Continente como caminho seguro para (1) o fortalecimento da governação, (2) paz e (3) desenvolvimento, condição sine qua non para que a África financie a sua própria transformação estrutural.

Aqui há um sentido segundo ao qual o sucesso das democracias residiria em seu alto nível de desenvolvimento econômico que garantiria os arranjos institucionais, as condições sociais e políticas favoráveis aos respectivos países. Essa é a visão formulada em abordagens das teorias de transição política para a democracia, particularmente que ocorreram nos países Cone Sul da Europa e Cone Sul da América Latina e presente em diversas abordagens da democracia nos estudos africanos e estudos sobre a África, reforçando uma visão unidimensional da crise e do desenvolvimento do Continente como expressão de gestão técnica burocrática do Estado, centrada num grupo restrito de especialistas ligadas de alguma forma as agências internacionais de desenvolvimento da ONU.

A interpretação da eficácia econômica como condição para eficácia institucional, social e cultural ampliou à tendência histórica à formação de Estados africanos fortes, centralizador, que não só concentra o poder decisório, como também advoga exclusividade na definição de projetos e programas para a sociedade civil, assim como todo o ato de gestão de políticas públicas. Porém, países com tradição autoritária centralizadora, com forte tradição de violência ilegal e conflitos internos, mis-

turados com golpes de Estado, como a Guiné-Bissau, tal abordagem parece-me muito problemática para o desenvolvimento do pluralismo político e da diversidade cultural, em todas suas dimensões.

Mais do que uma questão meramente política, no caso guineense, existe um problema adicional gerado por essa visão unidimensional, de viés econômica, que é a negação da própria política. Isso porque grande parte dos projetos sobre a nação é decidida por uma elite de especialistas, chamados peritos, vinculadas, no plano interno, aos dirigentes de partidos hegemônicos, coadjuvados pelas agências internacionais da ONU, no plano externo, fortemente marcadas por uma cultura de racionalidade técnica, em que a desqualificação da política, supostamente pelo seu caráter idealista, pouco pragmático, é relegada como residual, ou menos importante, desqualificando não só a política como também o debate público, são frequentes na atualidade.

A sociedade civil, frequentemente instrumentalizada ou negligenciada, ficaria reduzida ao ato de voto, não como partes integrantes de formulação de políticas. Aqui se percebe a tensão entre a participação da sociedade civil e a representação partidária como constitutivo da crise do Estado e da própria sociedade civil, subjacente a tal tensão apontada acima.

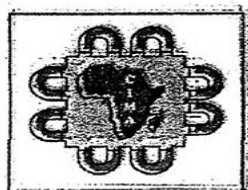
Outro aspecto da crise do Estado tem a ver com a baixa institucionalidade do Estado e autonomia da sociedade civil, não só no monopólio da iniciativa política pelo partido que esteja no poder, como também no controle indiscriminado do Parlamento como arena de disputas partidárias e do monopólio da política, o que evidencia a debilidade da efetivação do sistema partidário e eleitoral guineense, muito maleável e frágil, ou muito violado seus pressupostos normativos legais de regulação e de funcionamento.

A incapacidade generalizada de sucessivos governos na administração da crise social, política e econômica, ampliado por sucessivos conflitos e negação do pluralismo no país levou com que a questão da governabilidade (estabilidade) assumisse a primeira preocupação na agenda política atual do país.

A presença de desafios como desemprego, o conflito interno misturados com questões externas, o peso do partido, apropriação privado de recursos públicos, uso abusivo do poder, gerou um sentimento de desencantamento com o Estado, com a democracia e com as organizações da sociedade civil. São problemas que se tornaram recorrentes, nos últimos anos, que exige uma análise multidimensional, não dicotômica e instrumental.

Em contraposição às perspectivas dicotômicas da crise do Estado e suas potencialidades de reconfiguração, parece-me mais adequada uma perspectiva que articule e interage os vários níveis de análise. Assim, faz-se necessário ampliar a noção de crise de Estado para incorporação de outros elementos multiformes de análise, dado o acirramento de tensões internas articuladas com forças externas constitutivas da atual dinâmica da globalização societal, contribuindo, assim, para o aprofundamento do debate teórico e conceitual sobre as transformações estruturais das sociedades africanas e guineense, em particular, no quadro atual da globalização, quer no âmbito administrativo estatal, relações e ações sociais, quer no quadro político governamental, cultural, institucional ou econômico.

Por: Ricardino Dumas
PhD em sociologia



C I M A
CONFERENCE INTERAFRICAINNE
DES MARCHES D'ASSURANCES
SECRETARIAT GENERAL

AVIS D'APPEL À CANDIDATURES AU SECRETARIAT GENERAL DE LA CIMA

La conférence Interafricaine des Marchés d'Assurances (CIMA), organisme international créé par traité le 10 juillet 1992 à Yaoundé (Cameroun), est chargée de la supervision, de la régulation et du contrôle du secteur des assurances dans les quatorze (14) Etats membres, à savoir, les six (6) Etats de la communauté Economique et Monétaire de l'Afrique Centrale (CEMAC), les huit (8) membres de l'Union Economique et monétaire Ouest Africaine (UEMOA). Elle comprend les organes suivants:

- le Conseil des ministres des assurances, organe directeur;
- la Commission régionale de contrôle des assurances (CRCA), organe de régulation;
- le Secrétariat générale, organe d'exécution.

Le secrétariat général de la CIMA, sis à Libreville (République Gabonaise) concourt à la réalisation des objectifs du Traité. A ce titre, il est notamment chargé de la préparation, de l'exécution et du suivi des travaux et des décisions du Conseil des ministres des assurances et de la CRCA. Il contribue à l'élaboration et à la mise en application de la législation unique des assurances. Il effectue sur son initiative ou celle de la CRCA, le contrôle des sociétés d'assurance et de réassurance agréées sur le territoire des Etats membres.

Dans le cadre de ses activités, la Conférence Interafricaine des Marchés d'Assurances annonce aux Etats membres la vacance, au 1er janvier 2021, des postes ci-après:

Un (1) secrétaire général de la Conférence;

Deux (2) secrétaires généraux adjoints.

I- PRESENTATION DES POSTES:

A- SECRETAIRE GENERAL

Missions:

Diriger et gérer le Secrétariat Général de la Conférence suivant les instructions et orientations du Conseil des ministres des assurances. Il est le principal responsable du fonctionnement des services de l'organisation communautaire.

B- SECRETAIRES GENERAUX ADJOINTS,

Missions:

Sous la coordination du secrétaire général, les secrétaires généraux adjoints, sont chacun en charge de l'un des départements du Secrétariat général de la CIMA (département de l'Administration et des Finances et département Technique et du Contrôle).

II- CONDITIONS GENERALES DE RECRUTEMENT

a) Profil du candidat

Les candidats aux postes à pouvoir doivent:

- être ressortissants d'un des Etats membres de la CIMA;
- être âgés de 35 ans au moins et 60 ans au plus;
- jouir de leurs droits civiques et être de bonne moralité;
- avoir satisfait aux lois sur le recrutement dans l'armée nationale, si cela est obligatoire;
- remplir les conditions d'aptitude pour le poste.

b) Qualifications requises:

- être un cadre supérieur d'une administration publique de préférence ou d'une société d'assurance justifiant d'un diplôme de l'enseignement supérieur (BAC+ 4/5 au moins) en assurances/en droit/économie/gestion finances;
- justifier d'une compétence technique et avoir assuré des responsabilités dans le domaine des assurances;
- avoir exercé pendant cinq (5) ans au moins des fonctions de direction dans une administration publique ou une entreprise d'assurances.

C) Qualités:

- sens de responsabilité et de représentativité;
- capacité d'écoute et sens du relationnel;
- esprit d'ouverture et d'équipe;
- probité sans faille;
- capacité d'anticipation;
- esprit de synthèse et capacité élevée de reporting;
- rigueur, sens de l'organisation et de la diplomatie;
- esprit d'initiatives;
- sens de créativité et d'ouverture, aptitude de communication.

d) composition du dossier:

Tout candidat doit produire un dossier comprenant

- Une (1) demande de candidature motivée pour l'emploi à pouvoir;
- un extrait d'acte de naissance ou jugement supplétif en tenant lieu et datant de moins de trois (03) mois;
- un curriculum vitae certifié par son administration d'origine s'il est fonctionnaire ou une déclaration sur l'honneur s'il ne l'est pas;
- les copies certifiées conformes titres, diplômes et attestations de qualifications;
- les attestations de travail justifiant l'expérience professionnelle;
- une copie certifiée conforme des pièces du dossier familial, notamment les actes de naissance des enfants à charge et de mariage;
- un certificat médical attestant qu'il remplit les conditions d'aptitude physique, délivré par une autorité médicale agréée dans l'Etat d'origine;
- une pièce attestant de la régularité de sa situation au regard du service national ou de l'armée dans son pays d'origine si cela est obligatoire.

Toute copie ou photocopie d'une pièce exigée doit être certifiée par l'autorité compétente.

Toute falsification ou surcharge de documents de candidature constitue un motif de rejet du dossier, sans préjudice des poursuites judiciaires.

Pour le renouvellement de mandat, le personnel en poste ne produit que le curriculum vitae et, le cas échéant, les pièces complémentaire du dossier initial.

e) Durée du mandat

Le secrétaire général et les secrétaires généraux adjoints sont nommés par le Conseil des ministres des assurances pour une durée de cinq (5) ans renouvelable une (01) fois.

f) Rémunération:

Le secrétaire général et les secrétaires généraux adjoints sont classés en Hors catégorie des personnels de la Conférence. Le Conseil des ministres des assurances fixe leur rémunération de base ainsi que les indemnités et divers avantages liés à leur fonction.

g) Condition de nomination:

Les dossiers de candidature sont soumis au Ministre en charge des assurances dans les Etats membres et sont adressés par leur soin au Secrétaire Général de la CIMA.

Conformément aux dispositions du Traité, l'acte de nomination du secrétaire général et des secrétaires généraux adjoints est signé par le Président du Conseil des ministres.

h) Délai de recevabilité des dossiers de candidature:

Les dossiers de candidature doivent parvenir au siège du Secrétariat Général de la CIMA sis à Libreville (République Gabonaise) au plus tard 31 juillet 2020 à 18h00, date limite de recevabilité, le cachet de la poste faisant foi.

i) Renseignements complémentaires:

Pour tous renseignements complémentaires, les personnes intéressées peuvent s'adresser à la Direction nationale des assurances de leur pays d'origine.

Fait à Libreville, le 12 Juin 2020

Le Secrétaire Général



B.P. 2750 - LIBREVILLE REPUBLIQUE GABONAISE TEL. : (241) 011 72 43 18 ou 011 72 43 19

E-mail: cima@cima-afrique.org - Site web: www.cima-afrique.org

POLÍTICA

■ 100 dias de governação:

PM NABIAN PERSPETIVA INVESTIR 15 MILHÕES DE DÓLARES NO SETOR DE SAÚDE

O Primeiro-ministro, Nuno Gomes Nabian, anunciou que o seu governo recebeu um apoio de 15 milhões de dólares norte-americanos do Banco Islâmico do Desenvolvimento que serão aplicados na reabilitação e equipamentos dos hospitais regionais, na aquisição de equipamentos laboratoriais para o Hospital Nacional Simão Mendes.

Nabian fez este anúncio no âmbito do balanço dos 100 dias do seu executivo, apresentado no sábado, 20 de junho de 2020, no salão de reuniões do ministério dos Negócios Estrangeiros. A cerimónia, que reuniu membros do governo e várias personalidades, foi antecedida de animação cultural. Nuno Gomes Nabian explicou no seu relatório de 41 páginas que, logo após a instalação do seu governo, foi confrontado com vários

desafios, entre os quais, a necessidade do pagamento de salário do mês de fevereiro, regularização da dívida acumulada da EAGB à empresa produtora da energia elétrica, Karpower, greve na administração pública, disponibilização de fundos para fazer face às despesas relacionadas com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o pagamento de dívidas contraídas junto dos bancos comerciais e a situação de títulos a vencer no final do mês de março. Questionado sobre a proveniência dos fundos geridos pelo executivo que o permite pagar o salário regularmente e outras despesas, uma vez que se queixa frequentemente da fraca receita fiscal devido às restrições do Estado de Emergência, Nabian reconheceu esta limitação, mas realçou que o rigor e a disciplina na gestão dos fundos terão permitido satisfazer as despesas correntes do governo. Relativamente à Covid-19, Nabian enalteceu o trabalho realizado pela extinta Comissão Interministerial. Aproveitou a ocasião para anunciar a vinda de 20 médicos cubanos para apoiar no combate à Covid-19, tendo frisado que o governo



Primeiro-ministro, Nuno Gomes Nabian

vai garantir as despesas de viagem destes médicos de Cuba para a Guiné-Bissau. O Primeiro-ministro anunciou ainda a aprovação do projeto da construção do novo aeroporto internacional estimado em 900 milhões de Francos CFA e que o lançamento da pedra dessa obra será este

ano. Adiantou que o seu governo também vai avançar com o projeto da construção da ponte do rio Farim, tendo garantido a existência já do fundo no valor de um milhão e meio de dólares para o estudo de viabilidade.

Por: Assana Sambú

Ministra da função pública: "MUDANÇAS A OPERAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TÊM QUE TORNAR O APARELHO DE ESTADO EFICIENTE"

A Ministra da Função Pública Trabalho, Emprego e Segurança Social, Maria Celina Vieira Tavares, admitiu na terça-feira, 23 de junho de 2020, que as mudanças a operar na administração pública têm que ser capazes de transformar e tornar o aparelho de Estado mais eficiente e eficaz, sem prejuízos às características particulares da gestão do setor público, que a distinguem da gestão privada e permitam, com flexibilidade, responder aos problemas dos cidadãos, porque "para além de cidadãos são também clientes do serviço público". A chamada de atenção foi feita durante a leitura da mensagem alusiva ao dia da função pública africana, dirigida aos servidores públicos e que este ano se assinala sob o tema: "o

papel da administração pública na construção e manutenção da convivência pacífica entre as comunidades". Na sua mensagem, Maria Celina Vieira Tavares referiu que o dia da função pública africana devia ser encarado por todos os funcionários da administração pública como um momento de reflexão, passando em revista aquilo que tem sido o seu desempenho em nome do interesse comum e assinalar o que tem sido feito para erradicar as más práticas na administração pública. "Se é certo que a nossa função pública ainda está longe do modelo de uma verdadeira máquina de serviço público, também não é menos verdade que todos nós sabemos que temos pela frente grandes desafios para transformar o nosso serviço público numa entidade eficaz, pronta, rápida, trans-



Ministra da Função Pública, Maria Celina Vieira Tavares

parente, mas, sobretudo sempre ao dispor do utente", enfatizou. A governante frisou que o trabalho que tem sido desenvolvido pela comissão interministerial permitiu constatar com "grande entusiasmo e satisfação" que até dezembro do ano em curso cerca de 2.800 funcionários serão enviados para a reforma. Maria Celina Vieira Tavares assegurou que essa iniciativa do governo irá constituir uma oportunidade inédita para o enquadramento dos funcionários em situação irregular e, eventualmente, promover novos ingressos na função pública e que o ano 2021 será um ano cheio de prosperidade

para a juventude, e em particular para as meninas. Em reação, o secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), Júlio Mendonça, disse esperar que a data serva para a reflexão para que o Estado da Guiné-Bissau perceba como andou todos esses anos a gerir os recursos humanos que tem a sua disposição e como tem tratado os servidores públicos, os criadores de riqueza do Estado. Júlio Mendonça foi crítico aos quarenta e seis anos de governação do país e disse que a Guiné-Bissau não conseguiu encontrar o caminho certo que garantisse um verdadeiro Estado social de direito. Contudo, mostrou-se esperançado de que será possível um dia mudar o paradigma da governação da Guiné-Bissau, ter uma administração pública bem organizada e virada ao respeito escrupuloso dos princípios da legalidade. No seu discurso, o sindicalista da maior central sindical guineense lembrou à ministra de que o que se assiste atualmente na administração pública coloca em causa o respeito escrupuloso dos princípios da legalidade, porque "para que haja uma administração pública moderna quaisquer que sejam ações, devem ser conformadas com base no princípio da legalidade". "Por exemplo, quando num ministério encontramos pessoas com vínculo efetivo com o Estado a serem relegadas para segundo plano e serem admitidas ou contratadas outras sem observar os princípios legalidade, para nós é uma aberração e é uma incongruência total entre aquilo que está na lei e o que é executado na prática".

Por: Carolina Djemé

SOCIEDADE

■ Setor da Educação

CARITAS NORTE-AMERICANA APOIA PROJETO DE CANTINA ESCOLAR GUINEENSE COM 17 MILHÕES DE DÓLARES

As Caritas americanas disponibilizaram 17 milhões de dólares norte-americanos para apoiar o governo da Guiné-Bissau no setor da educação, sobretudo nas cantinas escolares, para um período de três anos. O governo guineense, através do ministro da Educação Nacional e Ensino Superior, Arcenio Abdulai Jibrilo Baldé, assinou na terça-feira, 23 de junho de 2020, o acordo de cooperação com as Caritas Americanas.

O acordo rubricado entre as partes visa melhorar a literacia das crianças em idade escolar, melhorar a capacidade dos professores e administradores, melhorar a frequência dos alunos a ambientes escolares, bibliotecas e oportunidades de aprendizagem. Após assinatura do acordo, Arcenio Abdulai Jibrilo Baldé, pediu às Caritas Americanas no sentido de ajudar o seu pelouro a encontrar parceiros que possam apoiar a educação na Guiné-Bissau, um setor que,

na observação do ministro, "está no chão". O governante explicou que a instituição que tutela tem um plano setorial denominado lei bases do sistema educativo, mas foi necessário elaborar um Plano de Contingência para o Setor Educativo, não só porque o país está perante a pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19), mas também para impulsionar o setor educativo. "O Plano de Contingência não é só porque estamos perante a pandemia de Covid-19, mas também porque estamos com a Educação no chão, precisamos levantá-la para, pelo menos, estar de pé", esclareceu. O ministro afirmou que o Plano de Contingência para o Setor Educativo não anula o Plano Setorial da Educação.

"A única coisa nova que altera a maneira de organizar o setor da educação é a pandemia, por isso o plano é apenas para pôr a educação em marcha e encaixá-la no plano setorial".

Arcenio Abdulai Jibrilo Baldé assegurou que se o Ministério da Educação mobilizar fundos e conseguir um financiamento para o plano de contingência, a atual direção do ministério estará em condições de colocar o setor educação em pé e fazê-lo marchar. Para o chefe do departamento das Caritas Americanas na Guiné-Bissau, Famari Baro,



Ministério da Educação Nacional

o acordo constitui uma "grande etapa" na implementação do projeto de apoio, tanto à cantina escolar na Guiné-Bissau quanto das Caritas Americanas e ao Governo da Guiné Bissau.

Famari Baro garantiu que a instituição de caris social americana apoiará o executivo guineense na busca de financiamentos para projetos do desenvolvimento da educação e colaborará com a atual

liderança do ministério e todos os departamentos afetos àquela instituição responsável pelo setor educativo. Salienta-se que o projeto financiado pelas Caritas Americanas cobrirá 350 escolas das regiões de Bafatá, Gabú, Cacheu, Oio e Quinara e beneficiarão do projeto 120 mil crianças.

Por: Djamila da Silva

■ Combate ao Covid-19:

PORTUGAL E GULBENKIAN AJUDAM A REABILITAR PRODUÇÃO DE OXIGÉNIO NO HOSPITAL DE CUMURA

A Fundação Caluste Gulbenkian e o instituto Camões vão apoiar a reabilitação da unidade de produção de oxigénio no hospital de Cumura, Guiné-Bissau, no âmbito do combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus, foi anunciado na segunda-feira, 22 de junho de 2020. "O apoio, na ordem dos 35 mil euros, consiste na reabilitação da unidade de

produção de oxigénio medicinal do hospital, atualmente inoperacional, que acolhe grande parte dos pacientes que sofrem de insuficiência respiratória, nomeadamente de COVID-19", refere um comunicado conjunto da fundação e do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

No âmbito do combate à covid-19, as autoridades guineenses afetaram três unidades hospitalares para receber

doentes com covid-19, nomeadamente o Hospital Nacional Simão Mendes (público) e os hospitais de Cumura e Bôr (da diocese de Bissau).

O hospital de Bôr é o único que tem capacidade para fornecimento de oxigénio e os outros dois têm as suas unidades avariadas. "O apoio atribuído vai permitir restaurar a capacidade produtiva de oxigénio medicinal, de forma gratuita, para as estruturas públicas do

país, esperando-se que, até final de julho, possa ser reposto o abastecimento, de forma ininterrupta, às unidades de cuidados aos pacientes com covid-19 em três instituições sociais e públicas", salienta-se no comunicado.

Num relatório divulgado no final de maio, o Programa da ONU para o Desenvolvimento alertou que o sistema de saúde do país pode colapsar devido à pandemia, que já infetou mais de 1.500 pessoas no país e provocou 17 vítimas mortais.

Segundo dados do relatório, a Guiné-Bissau, com quase dois milhões de habitantes, tem o segundo sistema de saúde mais frágil do mundo, a seguir à Somália, e tem várias doenças infecciosas, incluindo os valores mais altos de prevalência de sida e tuberculose da África Ocidental. O hospital de Cumura é também uma unidade de referência no país para o tratamento da tuberculose e do HIV.

In lusa

SOCIEDADE

■ Boletim do Covid-19:

GUINÉ-BISSAU REGISTA 38 CASOS RECUPERADOS E 15 NOVAS INFEÇÕES DE CORONAVÍRUS

O presidente do Instituto Nacional de Saúde (INASA), Dionísio Cumba, anunciou na segunda-feira, 22 de junho de 2020, que a Guiné-Bissau registou 38 casos recuperados, 02 óbitos e 15 novas infeções no último fim-de-semana, totalizando 1556 casos positivos acumulados na Guiné-Bissau, 193 recuperados, 19 óbitos e 1386 casos mantêm-se ativos. Os novos dados estatísticos do Covid-19 na Guiné-Bissau foram conhecidos durante a apresentação bissemanal do boletim da evolução da situação do Coronavírus no país. Dionísio Cumba informou que foram analisadas 66 novas amostras no laboratório montado na Universidade Jean Piaget, das quais 15 deram positivo, 11 do sexo masculino e 04 do sexo feminino, 51 amostras testaram negativo e nenhuma amostra inconclusiva. Todas as amostras foram coletadas no Setor Autónomo de Bissau (SAB).

O médico cirurgião pediátrico, que também coordena o Centro de Operações de Emergência em Saúde, referiu que os dois novos óbitos confirmados são o de uma jovem de 19 anos e de um homem de 48 anos, que supostamente faleceram durante o processo de triagem, no Hospital Nacional Simão Mendes. Os dois óbitos teriam testado positivo a COVID-19. O Setor Autónomo Bissau continua a liderar a lista de casos com um histórico de 1466 casos e 169 recuperados. A região de Biombo segue na segunda posição com 53 casos e dos quais 15 considerados recuperados. Na região de Cacheu o registo aponta para 26 casos e sete recuperados. Bafatá tem 07 casos e nenhum recuperado. Na Região de Gabú o número mantém-se em 02 casos e nenhum recuperado e a região de Oio tem apenas 02 casos e nenhum recuperado. O cirurgião frisou que atualmente estão internadas 23 pessoas infetadas pelo vírus do Covid-19. O Hospital de Cumura, arredores de Bissau,



Porta-voz da Comissão interministerial, Tumané Baldé no centro

tem 9 pessoas internadas, o Hospital Nacional Simão Mendes também com 09 internados e no Hospital Pediátrico São José de Bôr estão internadas 05 pessoas.

Soube o semanário O Democrata, através de uma fonte próxima ao Centro de Operações de Emergência em saúde (COES), que está em curso o pagamento do subsídio de risco (aos técnicos das regiões afetadas) e de permanência (aos técnicos das regiões em vigilância contra Coronavírus).

Dados indicam que na lista figuram mais de 300 técnicos que deverão beneficiar desse subsídio e os técnicos colocados nas regiões afetadas pela doença terão direito a um subsídio diário de 20.000 francos CFA e as regiões em vigilância beneficiarão de 5.000 francos CFA.

Por: Epifânia Mendonça
Foto: E.M

PASTAS DE PROCESSO

FATURAS

CALENDARIO

FLAYERS

IMPRESSÃO DIGITAL & OFFSET DE PEQUENO E GRANDE FORMATO

PULCEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO
(SHOWS, EVENTOS, CASAMENTOS, ANIVERSÁRIOS...)

CARIMBOS PERSONALIZADOS

CENTRAL GRÁFICA SARL

(+245) 95 580 81 34 / 95 615 23 14 / 96 622 53 05
centralgraficasarl@gmail.com
Av. Severino Gomes de Pina - Praça
Bissau - Guiné-Bissau

RECIBOS

VIP

ENVELOPES

COPOS & PRATOS

CARTÃO DE VISITA

REVISTAS

CAMISOLAS

Maquina de impressão Offset 2 cores, Grande formato

Maquina de impressão Offset 1 cor, Pequeno formato

Maquina de numeração e perfuração de cadernetas, faturas e recibos

Maquina de corte

Maquina de serigrafia

Internacional

ÁFRICA DO SUL ANUNCIA ENSAIO DA POSSÍVEL VACINA CONTRA A COVID-19

Uma possível vacina contra a covid-19, desenvolvido pela Universidade de Oxford do Reino Unido, começa a ser testado ainda esta semana na África do Sul, primeira iniciativa do género num país mais afectado pela pandemia em África, soube-se de fonte oficial. As provas terão início na província de Gauteng, onde se localizam Johannesburg e Pretória, e a instituição responsável pela iniciativa, a Universidade de Witwatersrand. O estudo incluirá cerca de 2.000 sul-africanos, cujo país acaba de ultrapassar os 100.000 casos de covid-19 (com quase 2.000 mortes). Os participantes incluirão 50 cidadãos que vivem com o Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH, que causa a sida). Na Universidade de Witwatersrand, os responsáveis pelos ensaios salientaram que este é um passo "importante" para a África do Sul e que participar nos mesmos é uma forma de ajudar a garantir que a África e os países de baixos rendimentos em geral não fiquem para trás na corrida global por uma vacina. "Quando participarmos em ensaios, há uma obrigação moral bastante forte de podermos dizer 'ajudámos a desenvolver aquilo que esperamos que seja uma vacina bem-sucedida' e, por isso, queremos garantir que as pessoas no país onde foi desenvolvida tenham acesso a essa vacina", disse Helen Rees, diretora executiva do Instituto de Saúde Reprodutiva e



VIH da Universidade de Witwatersrand. A vacina em questão chama-se ChAdOx1 nCoV-19 e foi desenvolvida por peritos do Instituto Jenner da Universidade de Oxford. Já foram realizados testes promissores no Reino Unido, mas o impacto decrescente da pandemia nesse país levou os cientistas a procurarem também noutros Estados para medirem a eficácia do medicamento. Assim, para além do território sul-africano, a vacina também será testada no Brasil e, com maior escala, nos Estados Unidos da América. Existem atualmente pouco mais de cem vacinas potenciais em desenvolvimento em todo o mundo, mas menos de uma dúzia estão em ensaios em seres humanos.

In angop

GUTERRES CRITICA FALTA DE COORDENAÇÃO INTERNACIONAL NA LUTA CONTRA A PANDEMIA

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, criticou a total falta de coordenação internacional no combate à pandemia de covid-19, alertando que a política isolacionista de alguns países não irá derrotar o vírus. Numa entrevista à agência Associated Press, António Guterres defendeu que é preciso que os países entendam que atuando isoladamente "estão a criar uma situação que está a ficar fora de controlo" e que uma "ação global coordenada é fundamental". O responsável das Nações Unidas recordou que a pandemia começou na China, passou para a Europa, depois para a América do Norte e do Sul, África e Índia, adiantando que já se fala em segundas vagas de infeções que deverão chegar a cada momento. "E há uma total falta de coordenação entre países na resposta à covid-19", considerou. Por isso, defendeu, é "preciso que os países percebam que se unindo, juntando as suas capacidades, não apenas na luta, mas para conseguir tratamentos, mecanismo de testagem e vacinas acessíveis a toda a gente é a forma de derrotar a pandemia".

A pandemia de covid-19 já provocou mais de 473 mil mortos e infetou mais de 9,1 milhões de pessoas em 196 países e territórios, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP. Depois de a Europa ter sucedido à China como centro da pandemia em fevereiro, o continente americano é agora o que tem mais casos confirmados e mais mortes. Os



Estados Unidos são o país com mais mortos (120.913) e mais casos de infeção confirmados (mais de 2,3 milhões). Seguem-se o Brasil (51.271 mortes, mais de 1,1 milhões de casos), Reino Unido (42.927 mortes, mais de 306 mil casos), a Itália (34.675 mortes e mais de 238.800 casos), a França (29.720 mortes, mais de 197.600 casos) e a Espanha (28.325 mortes, mais de 246.750 casos). A Rússia, que contabiliza 8.349 mortos, é o terceiro país do mundo em número de infetados, depois dos EUA e do Brasil, com mais de 598 mil, seguindo-se a Índia, com mais de 440 mil casos e 14.011 mortos. Em África, há 8.335 mortos confirmados em mais de 317.500 infetados em 54 países, segundo as estatísticas mais recentes sobre a pandemia naquele continente.

In dn



PUTIN PEDE NOVO SISTEMA DE SEGURANÇA MUNDIAL

O Presidente russo defendeu hoje a criação de um sistema de segurança mundial para novas ameaças, num discurso feito no âmbito do desfile militar para assinalar o 75º aniversário da vitória sobre a Alemanha nazi, na Segunda Guerra Mundial. "Estamos abertos ao diálogo e à cooperação nas questões mais atuais da agenda internacional, como a criação de um sistema de segurança comum e confiável", disse Vladimir Putin, dirigindo-se aos líderes estrangeiros e militares veteranos convidados para o desfile, onde participam mais de 14.000 soldados russos e de outros países. Naquela que foi a única referência ao mundo contemporâneo do seu discurso, Putin admitiu ser "importante fortalecer a amizade, a confiança entre os povos e a abertura de um diálogo e de cooperação sobre questões atuais". Putin, que teve de adiar a tradicional parada da vitória, comemorada em 9 de maio, devido à pandemia do novo coronavírus, sublinhou que esse sistema de segurança é necessário para "um mundo complexo e que está a mudar rapidamente". "Só juntos podemos defendê-lo (ao mundo) de ameaças novas e perigosas", proclamou. O líder russo, que pediu um minuto de silêncio em memória dos mortos na batalha conhecida na Rússia como a Grande Guerra Patriótica, sublinhou que o Exército Vermelho foi o fator chave da derrota de Hitler.

"Devemos lembrar-nos que o povo soviético assumiu o maior fardo na luta contra o nazismo, essa é a verdade mais importante, sincera e clara sobre a guerra", disse Putin, referindo que Hitler enviou para a URSS, em 1941, mais de 80% das suas forças militares e dos países que eram seus satélites.

Além de expulsar o invasor, destacou, o Exército Vermelho "libertou a Europa, pôs fim ao Holocausto e salvou o povo alemão da ideologia assassina do nazismo", conquistas que custaram aos soviéticos um "preço incalculável", já que milhares de soldados caíram em território estrangeiro.

In lusa

Poemas

KE KI LIBERDADI

MIDJER DI PANU PRETU
SUFRI, PABIA SUFRIDUR
TA PADI FIDALKU
BU MAMANTA BU FIDJUS
KU BU DUS MAMA DI BONDADI
MA UTRUS KA SIGUI BU BARDADI
PABIA DI SE CORSON DI CABALIN-
DADI
CAMARADAS DISQUII DI SANGUI
KU AONTI I FORMA RIU
KU BIM PADI FALADU LIBERDADI,
CAMARADAS BALENTIS DI
CABRAL
N'DE BO CURPUS FUNGULIDUS DI
LAMA
N'DE BO ROSTUS DI DUR DI
CANSERA
N'MISTI ODJA BOS NA CAMINHU
DI KITAFINI NA MATUS DI KUBU-
CARE
NA ORA KU MINDJERIS TA CARGA
BALAS
KU BADADJI PA CAMARADAS.
BO TOMAL BO PUI ROSTU PA
PINDJIGUITI
SUMA KIL KU FALADU RIBA
MA SI UDJUS NA REMA NA IAGUS
DI PINDJIGUITI
PA TUSTUMUNHA BALENTES DI 3
DI AGUSTU
SI DUR TA NOTADU NA CADA DIA
DI NO INDEPENDENCIA KU NA
DJUNGU.
MININUS PUNTA DJUSE CARLOS
AONTI
KE KI LIBERDADI, KU DUR DI
BORGONHA
I MANDA ELIS DJUCA BOLA

AOS! NIM TENPU DI DJUGA KA
TEM
KU FADI CAMPU DI DJUMBAI
MININUS NA PUNTA MAS DI
LIBERDADI

CABRALIS, IABOS KU LUTA

AONTI
BO KONTAN I KUMA!
PAN N'PUDI TCHOLONA MININUS
PABIA FOMI ARAMITA SE BARIGA
KU DINGUI SIM MESINHU KU
LIBRU
E PIDIM PAN N'TCHIGANTA NHA
FALA
NA SE NOMIS
KUMA PA N'PUNTA CABRALIS
DI LIBERDADI KU MUDANÇA
PABIA CABRALIS NA RISPUNDI

NNA NOMI DI CABRAL KU CALAN-
TADU
KUMA PA N'FALA CABRALIS
I KA AULA DI DROKA
KU CABRAL PUI BA NA SCOLA PILOTO
NUNDÉ LIBRISTAS DI LA!
NUNDI CARTA DI LIBERDADI
KU CABRAL SCRIBI?
MININUS MISTI ODJA SCOLAS
KU PURSORIS BONITUS
OSPITALIS KU MEDICUS BONITUS
TERAS KU AGRICULTORES BONITUS
STRUMENTUS KU CANTADURIS BONI-
TUS
JURISTAS KU LEIS BONITUS
GOVERNASON KU POLITIKUS BONI-
TUS
SÓ ASSIM KU MININUS PUDI LIMPA
LARMAS DI CABRAL KU DJUZE CAR-
LOS NA PINDJIGUITI.

CRIANÇA AFRICANA

Sou uma criança africana
Sou como todas as crianças do
mundo.

Quero o direito de viver em paz;
Quero estudar como os outros estu-
dam;

Quero jogar como os outros jogam;
Quero dançar como os outros
dançam.

Sou uma criança africana
Sou como todas as crianças do
mundo.
Livre!

Livre de dizer não à guerra;
Sofrimento detesto!
A arma!

Transformo-a numa pena branca
Para escrever a palavra "liberdade"
Uma bomba!
Queimou-a para estrume
No meu jardim.

Sou uma criança africana
Sou como todas as crianças do
mundo.

Peço a paz que me tiraram,
Peço as lágrimas brancas
E puras como as das outras;
Peço! Peço!

Peço a paz e a amizade
Como as outras.
Sou uma criança africana
Sou como todas as crianças do
mundo.

Sonhador Atcho Express

Palavras Cruzadas

XJZCCJNGEOPJOFE GAVXE
AHNIRROMMFTGÃALVIEJD
AICÁLAFVODMZDIOOCQFA
JWSFWEJQFSMYINBKNYHD
LUSRRCTXGXFCSSRBÊHQI
APRAFEULIACNNIÉPNYFL
QWELBILCEZWVAGPDIUMA
AICNÊICIFUSHMNIJMTBG
OUAZYEEILIHINHPEDYI
IHLSJYBMTSAVVVFJMMBND
ULCNCFXPKLZMHIXDFUWO
TVIVOUQRYAWECCJADCCR
UTTUEYGUZMMRTÂPOWNEP
OXRNBMPPDBGEFNZQYWB
DIÂIZELÊMUNNYCFCVOWY
JBNHNWZNAJZDMIQDVSUD
PDCOACNCXEXAIAANZUXK
YGIPCVAXMUJWNEVTDRR
OZAPRNQAJKHJGYMTLJGR
NAFJUNXUHPXKYOTXOMVM

Palavras Para Encontrar:

**EMINÊNCIA
FALÁCIA
FARPA
FOME
HIPÉRBOLE
IMPRUDÊNCIA
INSIGNIFICÂNCIA
LAMBUJEM
MANSIDÃO
MERENDA
MORRINHA
PRODIGALIDADE
RECALCITRÂNCIA
SUFICIÊNCIA
TRINCA**

UOSQUFCVOAOFLECSAUA
OÃÇAPLAPVFTÃJXMJSRVI
EJQCDIQUQLRWRCOZVSIQC
OÃÇAROBALLEGOEAVLLTYN
MFXLQFTNODOGÃBVQUNXÊ
XDEOVUBPATWÃFÇOEZENÛ
XHQQJGAMUMBFBJSBACLMMQ
OÃÇELERPGLIJUHGESEYE
DYQVEAZEHA AVRUFKEEOR
EOAHMOCIDYWGBMAEFNDF
OAKNLGÃIKUBFEKAKRDP
STMOLNTÇROYTTMWYIKAC
BVDUFUSSRAGÃYPWEZLVN
HCFEEMKOGLAÇUYCZQMJM
JNRVUGYMLGUIAHBKFAAG
JONSTQTOEUNDXMIUFSGH
JIQTFJIIQVWCWAWIYRBZW
GGNZABKVKSJLESLETEMQO
LAAOZUTNDVMX MJLQLVAL
AICNÊLAFSIOGRTMVWUIJ

Palavras Para Encontrar:

**ADULAÇÃO
DESCOBERTA
EFUSÃO
ELABORAÇÃO
ELEVAÇÃO
FALÊNCIA
FIRMA
FREQUÊNCIA
INVESTIDA
MENTIRA
MOAGEM
NEGAÇÃO
PALPAÇÃO
PRELEÇÃO
ULTIMAÇÃO**

CITACÕES:

- A liberdade é a possibili-
dade do isolamento. Se te é
impossível viver só,
nasceste escravo -
Fernando Pessoa

o seu cunho. - Andrade
Carlos Drummond

- Não quero ser um gênio...
Já tenho problemas sufi-
cientes ao tentar ser um
homem. - Camus, Albert

ADVINHA

- Três homens caíram de um
barco, mas só dois mol-
haram o cabelo. Por quê?
R: Porque o outro era careca
- O que é que mais cheira na
cozinha?
R: O nariz da cozinheira
- Qual é a maior injustiça do
Natal?
R: Matar o peru e rezar
missa para o galo

ÚLTIMAS notícias

■ 2ª Vice-presidente do PAIGC "COMUNIDADE INTERNACIONAL SÓ VAI REAGIR DEPOIS DE DERRAMAMENTO DE SANGUE NO PAÍS?"



Maria Odete Costa Semedo, segunda vice-presidente do PAIGC

A segunda vice-presidente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Maria Odete Costa Semedo, criticou a passividade da Comunidade Internacional, em particular da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), perante o que chama de "violação dos direitos fundamentais dos cidadãos e a implementação do "terrorismo de Estado na Guiné-Bissau". Odete Semedo fez esta observação na quarta-feira, 24 de junho de 2020, em conferência de imprensa em que o partido denunciou uma série de violações de direitos dos cidadãos, incluindo o suposto sequestro do deputado da APU-PDGB, Marciano Indi e a detenção do dirigente do PAIGC, o empresário Armando Correia Dias (Ndinho) por agentes da Polícia de Intervenção, supostamente por posse de armas de fogo de uso militar. A dirigente do PAIGC frisou que os cidadãos guineenses estão a viver um momento de terror, de terrorismo de Estado, o que,

na visão do partido libertador, revela que nenhum cidadão está seguro, porque estão a ser violados os direitos fundamentais, os cidadãos não podem circular livremente por temerem ser sequestrados, amarrados e jogados na água ou espancados, "atitudes que vão contra os dos direitos fundamentais do homem".

Odete Semedo criticou a "inatividade" dos órgãos de soberania na resolução de o que qualifica de "muitas violações" no país e que afetam a vida da sociedade em geral, violações essas que incluem o suposto rapto do deputado da nação Marciano Indi, sem que o Ministério Público e o do Interior tivessem reagido.

"Será que é digno para um país livre, civilizado e que está no concerto das nações? Onde é que estava a comunidade internacional, a CEDEAO?", questionou.

A segundo vice-presidente dos libertadores pediu, por isso, explicações a essas organizações internacionais sobre o que deve ser feito para a saída da passividade em que se encontra e questionou se estará disposta a reagir só depois de "derramamento de sangue na Guiné-Bissau".

Odete Semedo denunciou que os militantes do seu partido estão a ser caçados que nem animais no mato e negou que em nenhum momento o PAIGC enfrentou desafios, sejam quais forem com pessoas encapuzadas. Avisou que jamais o partido permitiria que os seus dirigentes fossem lesados por quem quer fosse, por isso quando o partido foi atingido nas presidenciais de 29 de dezembro de 2019, recorreu à justiça para ver resolvidos os seus problemas, para dar exemplo de como é exercido o estado do direito democrático.

A segunda vice-presidente do PAIGC apelou aos deputados do partido com qual tem um pacto de incidência parlamentar de que é chegado o momento de manterem-se fiéis ao acordo derivado do programa eleitoral que criou confiança ao eleitorado para que hoje fossem deputados da nação.

"O dinheiro acaba, mas a dignidade e a liberdade de uma pessoa são inegociáveis", precisou Odete Semedo na sua comunicação aos militantes do PAIGC.

Por: Filomeno Sambú

■ Ministro da Defesa Nacional: "TRANSFORMAÇÃO DAS TRANSMISSÕES MILITARES OBRIGA O PAÍS A ABRAÇAR TECNOLOGIAS DE CIBER-GUERRA"

O ministro da Defesa Nacional, Sandji Fati, disse que uma das preocupações do executivo é adotar as Forças Armadas de meios necessários e que lhes permitam cumprir as suas missões, sublinhando que a transformação das transmissões obriga o país a abraçar as tecnologias denominadas de "Ciber-Guerra".



Sandji Fati, Ministro da Defesa Nacional

O governante fez estas advertências na quarta-feira, 24 de junho de 2020, na sua declaração aos jornalistas depois da reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional. A reunião foi dirigida pelo chefe de Estado, Umaro Sissoco Embaló, e serviu para analisar o conceito da defesa nacional, considerado "extremamente importante" para definir missões. A reunião serviu também para se debruçar sobre o projeto de lei de programação e assuntos ligados à saúde militar, entre outros. O titular da pasta da defesa nacional anunciou que brevemente a instituição colocará em uso testes de aparelhos e que será capaz de analisar telemóveis e aplicativos das redes sociais, por exemplo, whatsapp, de formas a garantir a segurança no país. Sandji Fati informou que a instituição que dirige está a trabalhar com o intuito de modernizar as forças armadas, dotando-as de meios, nomeadamente: o serviço de transmissões militares e a contra inteligência militar no sentido de cumprirem cabalmente as suas missões. O brigadeiro-general na reserva disse que na reunião abordaram também a proposta de promoção de alguns oficiais de coronéis a brigadeiros-generais. Sustentou que as pessoas em causa estavam em funções há mais de dez anos com patentes de coronéis, por isso o Comandante Supremo das Forças Armadas aprovou as suas promoções para brigadeiros-generais. "Assistiram à reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional vários membros do governo, nomeadamente: os ministros dos Transportes, das Finanças, das Obras Públicas, dos Negócios Estrangeiros e do Interior, parte que constituem as componentes efetivas para ter a defesa nacional para a nossa sobrevivência, enquanto unidade política", rematou.

Por: Aguinaldo Ampa / Foto: A.A

SERVIÇO COMERCIAL
512 38 60

O Democrata

www.odemocratagb.com